

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

PROJETO DE LEI Nº 2.487, DE 2025

Institui o Selo COP 30, como certificação oficial a ser conferido por órgão competente do Poder Executivo, destinado a reconhecer empresas que promovam a adoção de práticas e investimentos voltados para o uso responsável dos recursos naturais e a redução do impacto ambiental, contribuindo com a eficiência energética no País.

Autor: Deputado RAIMUNDO SANTOS

Relatora: Deputada ELCIONE BARBALHO

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 2.487/2025, de autoria do Deputado Raimundo Santos (PSD/PA), tem por objetivo instituir o Selo COP 30, certificação oficial a ser conferida por órgão competente do Poder Executivo, destinada a reconhecer empresas que promovam práticas e investimentos voltados ao uso responsável dos recursos naturais, à redução do impacto ambiental e à eficiência energética no País.

A proposição estabelece critérios para a concessão do selo, como a observância à legislação ambiental, trabalhista e tributária, a adoção de práticas sustentáveis de gestão e o desenvolvimento de programas socioambientais voltados às comunidades locais.

O projeto não possui apensos.



O projeto foi distribuído às Comissões de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Finanças e Tributação (art. 54 RICD) e de Constituição e Justiça e de Cidadania (art. 54 RICD).

A apreciação da proposição é conclusiva pelas Comissões e seu regime de tramitação é ordinário, conforme o art. 24, inciso II e art. 151, inciso III, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD).

É o relatório.

II - VOTO DA RELATORA

Vem a esta Comissão o Projeto de Lei nº 2.487/2025, de autoria do nobre Deputado **Raimundo Santos**, que institui o **Selo COP 30** como forma de reconhecimento oficial a empresas comprometidas com práticas de sustentabilidade e eficiência energética, em consonância com os princípios e metas da **30ª Conferência das Partes das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 30)**, realizada na cidade de **Belém do Pará**.

O projeto revela-se **meritório** e digno de elogio, uma vez que expressa o compromisso do autor com a **agenda ambiental** e com o fortalecimento da imagem do Brasil como liderança mundial na luta contra as mudanças climáticas. A iniciativa está em harmonia com o **art. 225 da Constituição Federal**, que impõe ao poder público e à coletividade o dever de defender e preservar o meio ambiente para as presentes e futuras gerações.

A realização da COP 30 em território brasileiro simboliza um **marco histórico para o protagonismo do País na governança climática global**. O incentivo à adoção de práticas empresariais sustentáveis reforça o papel do setor privado na transição para uma economia de baixo carbono, estimula a inovação verde e contribui para o cumprimento das metas assumidas no âmbito do **Acordo de Paris**.

Cumpre, entretanto, registrar **pequenas ressalvas de natureza técnica**. Chamo a atenção, em especial, para o fato de o texto original entrar em detalhes que podem ser deixados para regulamento. Assim,



com o intuito de **aperfeiçoar a técnica legislativa e conferir maior precisão normativa**, apresento **Substitutivo** que mantém o mérito da proposição, mas insere ajustes formais e estruturais: especifica que o Poder Executivo Federal, por regulamento, designará o órgão executor, além de aprimorar a redação para garantir clareza e coerência textual.

Diante do exposto, **voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.487/2025, na forma do Substitutivo apresentado.**

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputada ELCIONE BARBALHO
Relatora

2025-18385



COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 2.487, DE 2025

Institui o Selo COP 30, certificação oficial destinada a reconhecer empresas que adotem práticas e investimentos voltados à sustentabilidade ambiental e à eficiência energética, em consonância com os compromissos assumidos pelo Brasil na 30ª Conferência das Partes das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 30).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito da administração pública federal, o Selo COP 30, com o objetivo de reconhecer e incentivar empresas que adotem práticas e investimentos voltados para o uso responsável dos recursos naturais, a redução do impacto ambiental e a promoção da eficiência energética.

Parágrafo único. O Selo COP 30 será concedido em conformidade com os princípios e metas ambientais da 30ª Conferência das Partes das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 30), realizada em Belém do Pará.

Art. 2º O Selo COP 30 poderá ser conferido a empresas que comprovadamente atendam aos seguintes critérios:

- I – observância da legislação vigente em âmbito nacional, estadual e municipal, especialmente a ambiental, trabalhista e tributária;
- II – adoção de práticas de gestão voltadas à sustentabilidade e à redução de emissões de gases de efeito estufa;
- III – promoção de programas sociais e ambientais que beneficiem comunidades locais ou estimulem a educação ambiental;



IV – desenvolvimento de ações que contribuam para a economia circular, a eficiência energética e o uso de fontes renováveis.

Art. 3º O regulamento disporá sobre os procedimentos para concessão do Selo COP 30.

§ 1º A concessão ocorrerá mediante solicitação da empresa interessada e comprovação do atendimento aos critérios definidos em regulamento;

§ 2º O processo de concessão observará os princípios da publicidade, transparência e eficiência.

§ 3º O regulamento poderá prever a revalidação periódica do selo e a perda do direito de uso em caso de descumprimento dos critérios estabelecidos.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputada ELCIONE BARBALHO
Relatora

2025-18385

